

“FARMACOLANDAS E ODONTOLANDAS”: um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia e Odontologia em São Luís – MA (1940-1970).

Tatiane da Silva Sales ¹

RESUMO

O presente trabalho tem como perspectiva de análise a presença feminina no ensino superior do estado do Maranhão, no período de 1940 – 1970, especificamente na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís. Visa, ainda, identificar as mulheres enquanto alunas do curso superior e suas atuações profissionais, entendendo o ensino superior como espaço de educação, instrução e poder. Tende ainda a perceber a validade e importância do ensino superior para as mesmas fora do âmbito acadêmico e a repercussão social de presenças femininas em espaços considerados por excelência masculinos.

Palavras-chave: Mulheres, Relações de Gênero, Ensino Superior, Educação, São Luís.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como perspectiva de análise a presença feminina no ensino superior do estado do Maranhão, no período de 1940 – 1970, especificamente na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís. Visa, ainda, identificar as mulheres enquanto alunas do curso superior e suas atuações profissionais, entendendo o ensino superior como espaço de educação, instrução e poder. Tende ainda a perceber a validade e importância do ensino superior para as mesmas fora do âmbito acadêmico e também a repercussão social de presenças femininas em espaços considerados por excelência masculinos. Neste sentido, é importante destacar a instituição de ensino superior como um espaço privilegiado de saber político e científico, onde as relações de gênero ganham conotação e notoriedade, pois refletem os constructos culturais da sociedade de forma geral.

Ao perceber as mulheres enquanto acadêmicas visamos analisar as relações de poder existentes no ensino superior, sobretudo porque dentro da especificidade da Faculdade em São Luís o curso de farmácia era considerado mais propício às mulheres, e o de odontologia, era

¹ Professora Adjunta da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiro da Universidade Federal do Maranhão- UFMA, tatiane.sales@ufma.br;

indicado aos homens, este aspecto já demonstra uma seleção dos sexos imbricada pelas relações de gênero, com uma inclinação para presença feminina em cursos que buscassem carreiras culturalmente definidas como mais apropriadas às mulheres.

Como resultado da efervescência dos estudos sobre as mulheres, da afirmação da igualdade dos sexos e da maior presença feminina no meio acadêmico, as ciências humanas e sociais passaram a ter estudos sobre a condição feminina muito mais sistematizados.

Era necessário discutir sobre as mulheres e grupos sociais, até então não privilegiados nos escritos históricos, porém, diversos autores chamam atenção para o fato das mulheres desempenharem suas experiências de forma não isolada, sendo o cotidiano, a política e vivências, no modo geral, como aspectos também relacionais, isto é, aspectos relativos a homens e mulheres nos dilemas sociais experimentados diariamente. Destaca-se daí a importância contemplativa dos estudos de gênero, pois buscam envolver a dialética do cotidiano complexo envolvendo homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens, sendo assim, “[...] as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder” (MATOS, 1997, p. 80).

A novidade da categoria Gênero se daria por se basear em não polarizar com maior peso a questão do sexo biológico, entendendo este como importante, mas não como único fator de identidade, os estudos incorporariam a compreensão de como mulheres e homens fazem as leituras e realizam códigos com base nas inscrições biológicas dos corpos. E, ainda, que o sexo não pode ser pensado sem conexão com outros marcadores sociais como raça/etnicidade, orientação sexual, geração e classe social.

Por volta da década de 1980, Joan Scott (1994) dissemina o termo ‘gênero’ como organização social das relações entre os sexos, uma forma de não estabelecer o estudo das mulheres isoladamente, mas, oferecer uma análise que leve em consideração aspectos envolvendo a elaboração social e relações entre homens e mulheres. A palavra gênero indicava uma rejeição ao determinismo biológico e pautado neste diferencial, este termo pode representar um aliado na elaboração de trabalhos, passíveis de uma análise que leve em consideração os diversos sujeitos históricos, usado largamente entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, evocando também que homens e mulheres eram definidos em termos recíprocos e que nenhuma interpretação poderia existir se fossem analisados completamente separados.

Mesmo abrangendo as análises sobre as mulheres, a partir das relações de gênero, é

preciso observar algumas possíveis ‘armadilhas’ que o termo gera e uma dessas perspectivas é a própria noção de representação da categoria mulheres, pois, com objetivo de suprir históricas ausências das mulheres, cria-se uma possibilidade de representação que, muitas vezes, é tão pouco representativa quanto antes não inclusiva ou até mesmo caricata. Foi preciso recorrer a uma linguagem representativa, mas há necessidade constante de questioná-la, a fim de ampliá-la, pois o sujeito não é permanente.

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções como modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2003, p. 20).

Gênero foi utilizado para questionar a biologia, tanto sexo remeteria às inscrições culturais trazidas pelo corpo e representadas como algo natural. O gênero é a leitura cultural construída através do físico, ou seja, seria a abordagem cultural sobre as marcas biológicas, contudo, as marcas biológicas também são culturais, afinal o sexo, assim como o gênero, é inventado. Assim, gênero representa os significados culturais do corpo sexuado, cuja leitura biológica já está impressa de marcas culturais. Para Butler, performatividade deve ser entendida como uma prática reiterativa e referencial, onde o discurso produz efeitos e os nomeia, é a construção que se elabora a partir de uma materialidade, do corpo, do sexo. Portanto, a relação corpo, sexo, comportamento e desejo não é linear, ela é fluída e pode ser vivida de diversas formas, não apenas dentro das marcas da heteronormatividade.

Outro fator que merece destaque foi a busca por legitimidade e amplitude acadêmica pelos historiadores das “minorias” e uma das características dessa legitimidade foi a implementação de uma abertura na concepção teórica de gênero, destacando o aspecto relacional com classe e raça/etnia. Atualmente, essas três noções são entendidas como um tripé para uma análise substancialmente mais complexa, não podendo ser ignoradas nem balizadas, no sentido de medi-las, embora, mesmo as utilizando, temos que ter consciência de que elas não dão conta da pluralidade das trajetórias e comportamentos das mulheres.

A paridade entre raça/etnia, classe e gênero é necessária no sentido de oferecer uma análise menos superficial e homogênea acerca das mulheres. É nesta perspectiva de articulação que as diferenças entre as mulheres se tornam mais pautáveis e permite pluralizá-las em seu contexto e tempo, como afirma Verena Stolcke “de que modo abordar a maneira como gênero, classe e raça se aproximam para criar não apenas fatores comuns, mas também



diferenças na experiência das mulheres" (STOLCKE, 1991, p. 102), fatores de coesão são também de diferenciação.

Pensando nesta forma de cruzar tais abordagens de gênero, classe e raça/etnia, Kimberlé Crenshaw (2002) apresenta um modelo de experiência interseccional para percepção das mulheres e etnia, em especial ao se tratar da violência e opressão acometida às mulheres, tendo em vista que as diversas mulheres vivenciavam o sexismo de forma diferenciada por sua condição social e/ou raça/etnia. Um recorte de gênero que não invalida, pelo contrário, privilegia as diversas experiências e condições das mulheres e elabora a construção acadêmica com base nestas premissas de diferenciação.

METODOLOGIA

A reflexão histórica que privilegia o jornal enquanto suporte, analisando-o em sua totalidade, agrega reflexões diversas sobre a produção, circulação e consumo de uma determinada sociedade. Já a observação de fontes relacionadas a discursos oficiais soma-se à observação de áreas de uma sociedade relativa que formalmente foram regulamentadores desta dita sociedade, algumas vezes como um reflexo de reais mudanças e outras vezes como definições vagas e que acabaram por ter pouco impacto social. Um dos desafios neste processo metodológico relaciona-se com as aproximações destas tipologias documentais em sua análise.

Como é possível identificar a tipologia das fontes organizadas para esta pesquisa de voltam-se para os jornais e os discursos oficiais destacados por documentos elaborados em caráter de regulação, como leis e decretos. Os periódicos são parte importante do inventário selecionado e estes se debruçam sobre a construção de significados, discursos e representações presentes nas sociedades mergulhadas na produção cultural midiática.

A metodologia utilizada parte da perspectiva em que a ideia de verdade presente no texto jornalístico e/ou discurso oficial é o substrato para as considerações sobre o que é considerado e/ou veiculado como sendo verdadeiro num determinado momento histórico, sendo assim abordaremos uma visão sobre as fontes de pesquisa entendendo-as como ‘verdades’ e afirmações relativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em fins do século XIX, o ensino superior era limitado em número de instituições e



estudantes, concentrando os cursos nas áreas de Medicina, Direito, Engenharia e Agronomia e estava estabelecido em apenas sete cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Salvador, Recife/Olinda, Cruz das Almas e Pelotas. Foi durante o período da Primeira República que o número de escolas superiores se multiplicou, chegando as outras cidades e, dentre elas, São Luís, com a fundação da Faculdade de Direito, em 1918 e a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão, em 1922 e 1925, respectivamente.

Mesmo com um quadro animador da expansão do ensino superior no país, o acesso de mulheres a tais cursos deu-se de forma limitada e lenta, alguns fatores ajudam a entender esse processo: a ideia de incapacidade intelectual feminina; a vinculação da mulher ao âmbito doméstico (como o já citado acima) e, portanto, a não necessidade de obter amplo conhecimento. Ainda a concepção de trabalho feminino, para as moças de classes mais baixas, associando-o ao papel de mãe no desempenho do cuidado com crianças em escolas primárias e promovendo a massificação de mulheres no magistério das primeiras letras, onde os cursos de ensino normal foram espalhados por todo país.

A associação da educação feminina ao ensino da Escola Normal contribuiu para que muitas mulheres vissem nesse nível de ensino o seu ápice, sobretudo porque ele não possuía características do ensino clássico e científico, que, por sua vez, eram preparatórios para o ensino superior. Somente em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – nº 5692, 11/08/71, houve a equivalência entre o ensino normal e o secundário, mas, na prática, a diferença entre cursos profissionalizantes e acadêmicos permaneceu, limitando as chances de quem não fez curso de orientação mais acadêmica, mesmo que o cursinho tenha sido utilizado como uma forma de preencher as lacunas para se ter acesso ao ensino superior.

Ao longo da segunda metade do século XX, o crescimento de mulheres no ensino superior tornou-se significativo, sobretudo nos cursos de áreas consideradas femininas. Assim, as mulheres tiveram maior concentração feminina nos cursos de preparação para o magistério secundário nas áreas de Letras, Humanas e Filosofia e menor registro nos cursos de bacharelado e ciências, tanto que o quantitativo de matrículas femininas só registrou amplo crescimento a partir do registro dos cursos nas áreas já mencionadas.

Em São Luís, a situação educacional, ao longo dos séculos XIX e XX, se assemelhou ao quadro nacional, tendo o início do período republicano como um momento de tentativas de organização do ensino no estado. Um dos marcos deste processo foi a fundação da Escola Normal em São Luís, em 1890.



Apesar da precariedade da instrução feminina e a grande diferença no número de escolas e matrículas oferecidas aos dois sexos³, que mostrava a prioridade da instrução masculina, houve pequenos avanços na virada do século. Foram mais viáveis os progressos femininos no plano da educação quando as mulheres puderam ter acesso ao ensino público secundário, não somente nas escolas normais, mas nos cursos preparatórios para o ensino superior, que se tornou possível pela reforma educacional de 1879 (ABRANTES, 2012, p. 256).

O início do século XX marca, ainda, o estabelecimento das Faculdades isoladas no Maranhão: em 1918, a Faculdade de Direito e em 1922, a Faculdade de Farmácia, contando, em 1925, com a criação do curso de Odontologia e se tornando a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão. Essas escolas de curso superior consagraram-se como espaço majoritariamente masculino, pelo menos nos primeiros anos de funcionamento, no entanto, ainda assim mulheres foram registradas no meio acadêmico e a primeira a se formar em Direito, no Maranhão, foi Zélia Campos, em 1925.

Durante o Estado Novo, as instituições de ensino superior foram fechadas e voltaram a funcionar na década de 1940, com essa reabertura definiu-se gradativamente maior presença feminina nos cursos citados, bem como a abertura de novos cursos culminando na federalização do ensino superior no Estado e criação da Universidade Federal do Maranhão, em 1966. No decorrer deste período, foi possível notar cada vez mais mulheres presentes dos cursos de graduação, seja enquanto alunas ou docentes e é neste ponto que se ancoram algumas observações deste trabalho, que busca escrever a história do ensino superior no Maranhão com ênfase na análise da presença feminina, notabilizando os espaços que ocuparam, suas atuações, conflitos envolvendo questões de gênero e disputas de poder.

Dessa forma, a proposta deste trabalho culmina numa perspectiva que visa romper com os polos opostos de homem x mulher, dominador x dominado e problematiza a constituição de cada polo, evidenciando-os enquanto plurais. A desconstrução sugere que se historicize a polaridade e a hierarquia implícita a fim de não reproduzir uma análise em que os homens são vistos sempre como agentes e as mulheres sempre sofrem a ação, busca-se nesta pesquisa as múltiplas relações das mulheres na sociedade, na instrução e exercício profissional, evidenciando a forma como elas construíram suas práticas ao dialogar, assimilar e resistindo às assimetrias de gênero, mas também de origem, de condição social e de raça, mesmo que, nem sempre, essas questões estivessem claramente colocadas para as interlocutoras desta pesquisa ou fossem por elas lidas como uma questão pertinente em suas histórias de vida.

O conhecimento, como sinônimo de poder, foi setorizado e desautorizado às mulheres

à medida em que a sociedade, ocidental moderna, foi se organizando em torno da ciência e do saber. Mulheres que demonstravam ter muito conhecimento foram constantemente vigiadas e controladas, quando não podiam ser controladas eram taxadas, ridicularizadas e associadas a aspectos negativos, um claro exemplo disso foi a disseminação da imagem da bruxa e as perseguições sofridas por número significativo de mulheres ao longo dos séculos XV a XVI na Europa e nos locais de sua influência política. Às mulheres, o saber deveria ser limitado e mediado pelos homens e os conhecimentos rurais e populares femininos fugiam a isto.

Esse processo culminou com a Revolução Científica impondo negatividade às formas de conhecimento fora do eixo legalizado pela ciência, que, em sua maioria, eram mediados por mulheres pobres dos meios rurais e sendo duramente combatido, fazendo com que houvesse concepção negativa na relação mulher e conhecimento. Tal visão se estendeu por séculos corroborando para um ideal de incapacidade intelectual feminina e consequente inferiorização das mesmas no âmbito escolar, científico e profissional, onde se acreditava que as mulheres deveriam saber apenas o indispensável.

No Brasil, a partir da Proclamação da República e das mudanças significativas no sistema econômico, houve o fortalecimento das cidades, indústria e comércio, resultando em novas exigências sociais e de comportamento. Houve também a ressignificação do papel feminino no espaço privado e, com isso, novos padrões de casamento e maternidade, fato este que promoveu ampla discussão entre educadores, políticos e intelectuais acerca dos níveis de instrução e qualidade do que deveria ser ofertado às mulheres nos bancos escolares. A concepção mais amplamente aceita seria de que tal educação deveria atender aos anseios domésticos, mas, sobretudo, aos anseios de ideal de nação, onde a mulher contribuiria com aspectos relativos à saúde, higiene, alimentação e instrução da prole, para formação da cidadania republicana. Desta forma, disseminou-se a participação das mulheres nos cursos normalistas do país.

Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Economia Doméstica em seu currículo, por que 'a mulher é a rainha do lar'. Criticou-se a escola mista, por ser 'promíscua'. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, 'verdadeiras mães', têm 'vocação para o sacerdócio' que é o magistério. Combateu-se a educação diferenciada, com o argumento de que servia para relegar a mão de obra das mulheres ao 'exército de reserva', fazendo com que ocupassem postos com menor remuneração que os ocupados pelos homens no mercado de trabalho (ROSEMBERG, 2012, p. 338- 339).

A consequência mais imediata de todo este processo foi a maior presença das mulheres nos espaços públicos e instituições de ensino, como alunas e professoras, nas fábricas, no comércio e etc., ou seja, era cada vez mais notório que as mulheres estavam fora do eixo doméstico, tanto as de classe mais baixa (que, por necessidades econômicas, já circulavam nos espaços públicos), quanto as de classe média e alta. Tal dinâmica feminina nas cidades não passou despercebida e causou diversas reações, em sua maioria de crítica e ironia, exemplo disso foram os diversos registros feitos em jornais que, desde os fins do século XIX até metade do século XX, veiculavam posicionamentos contrários à instrução e trabalho feminino sob alegações de que a sociedade se veria prejudicada. Abaixo uma dessas abordagens feita no jornal **Novidades**, que circulou em São Luís nas décadas de 1950.

A voragem da vida moderna, a crise econômica da atualidade, trazem, como triste consequência, o afastamento da mulher do lar. E isso se constitui num dos maiores ou no maior dos males da hora presente. Durante horas e horas a fio, às vezes durante um dia inteiro, permanece a Mãe fora do lar. [...] E se sentimos tristeza em constatar que a mãe proletária é forçada por deficiências econômicas a afastar-se de seus deveres dentro de casa, causa revolta verificar o abandono dos lares abastados por motivos mais fúteis. A mãe de classe média, tentando aumentar um orçamento, mais ou menos suficiente, comete o erro de dedicar-se a ocupações fora de casa. [...] Não há dinheiro algum capaz de recompensar os prejuízos morais sofridos pela criança à qual falta a carinhosa vigilância materna. O lugar da mulher foi, é e será sempre o lar, pois a mulher de hoje, como a de ontem e a de amanhã, tem, na terra, sempre a mesma missão - a sublime missão de 'Ser Mãe' (MARTINS, 14 jul. 1952, p. 3).

Sob a égide de uma “missão” das mulheres na sociedade, a **Página Feminina** do jornal **Novidades**, escrita por Reinaldo Martins, abordava temas mais voltados para mulheres casadas e mães, reforçando que toda mulher, mesmo as solteiras, exercia um pouco da maternidade, a exemplo da imagética da professora, pois combinava profissão com o cuidado das crianças.

— No entanto, tais justificativas, que limitavam a educação das moças, eram cada vez mais confrontadas pelo registro crescente nos cursos secundários e de nível superior, tendo no século XX um marco deste processo, registrando, inicialmente, números tímidos e crescendo para valores mais significativos, como apresenta o quadro abaixo:

Quadro 01 – Porcentagem de Mulheres entre Alunas Matriculadas no Início do Ano – Ensino Superior no Brasil

Curso	Ano			
	1956	1961	1966	1971
Engenharia	2	2	2	3
Agronomia	3	4	5	7
Veterinária	3	6	10	13

Economia	6	7	11	15
Direito	12	15	21	25
Odontologia	17	19	29	35
Medicina	20	12	16	24
Farmácia	34	28	42	50
Física, Química, Matemática e Biologia	38	38	42	49
Letras, Ciências Humanas e Filosofia	67	69	73	77
Serviço Social	77	83	90	95
Enfermagem	99	99	95	94

Fonte: BRASIL, MEC, Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Sinopse Estatística do Ensino Superior (1956, 1961, 1966, 1971) apud BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó. O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, 15, Fundação Carlos Chagas, 1976, p.51.

Do crescimento global do ensino superior, o aumento da participação da mulher foi marcante: de 26%, em 1956, a 40%, 15 anos depois. No entanto, a expansão de matrículas não se deu de maneira uniforme, de tal modo que, na Engenharia, há ainda apenas 3% de mulheres. De fato, verifica-se até um aumento da concentração das alunas em algumas poucas carreiras 'femininas' que, definidas culturalmente como mais apropriadas à mulher, têm tido tradicionalmente uma predominância de mulheres entre seus alunos (BARROSO, 1976, p. 52).

A entrada das mulheres no ensino superior representou novas possibilidades de inserção nos espaços públicos, pois a formação acadêmica ampliou os ramos de exercício profissional, ainda que, para isso, as mulheres tivessem que enfrentar desafios constantes para provar competência ou buscar algum ramo que lhe aproximasse das características consideradas próximas da essência feminina, por exemplo, o trabalhando com outras mulheres, idosos ou crianças.

Destaca-se, em mais um exemplo dos escritos em jornais, o incômodo com a linguagem marcadamente sexista dos discursos levantados por ocasião das comemorações de 1º de maio, em que uma colaboradora do **Jornal do Maranhão**, assinada apenas por Natasha, evidenciava o equívoco da linguagem ao caracterizar trabalhadores apenas como homens.

Todos falavam em trabalhadores, a praça estava repleta de homens, os oradores dirigiam-se aos operários. Tudo era trabalho em sentido 'masculino'. E nós, as mulheres, não temos também o nosso papel no mundo do trabalho? Claro que temos. Hoje em dia encontramos milhões de mulheres nas fábricas, nos armazéns, nas lojas, nos escritórios, sem falar daquilo que é mais peculiar do trabalho feminino: as enfermarias, as creches, os jardins, as escolas. Portanto constatamos que a mulher entrou em pleno mundo de trabalho, e ainda deseja conquistar novas posições. Já podemos ver mulheres no exercício da advocacia, do juizado, da medicina, mulheres embaixadoras, deputadas... (NATASHA..., 6 mai. 1962, p. 3).

No entanto, após essa mesma autora fazer constatação das conquistas das mulheres no mercado de trabalho, encerra o texto observando que as mulheres têm capacidade para ocupar qualquer cargo público, mas, seu maior papel se desenvolveria no lar, ou seja, um reforço para as atribuições historicamente atribuídas às mulheres. Aponta:

E concluí que as mulheres podem conquistar qualquer campo, o mais elevado que seja com seu trabalho, mas o lugar natural, onde a sua atividade pode expressar-se melhor e proporcionar-lhe as maiores satisfações, é um lar: seu próprio lar... (NATASHA..., 6 mai. 1962, p. 3).

Ter um maior número de mulheres no ensino secundário, cursos profissionalizantes, nas faculdades e no mercado de trabalho não representou por si só a emancipação feminina no concernente aos papéis de esposa e mãe, mas ainda assim foi reflexo da luta de muitas mulheres intelectuais brasileiras que buscaram maior igualdades por meio da educação e vivência profissional.

Para compreender melhor a relação entre educação e mulher, no Brasil do século XX e com atenção para a realidade maranhense, este trabalho enfatizou um olhar sobre o contexto histórico da sociedade e educação formal de ensino superior, bem como a propagação de comportamentos envolvendo as mulheres, com as críticas, novas exigências e até o rompimento dos padrões sociais sobre o feminino. Com isso, pode-se observar que o país estava cada vez mais urbanizado, com ampliação da educação e geração de novos postos de trabalho, resultando também em maior capacitação e participação feminina nos cursos profissionalizantes, de ensino superior e mercado de trabalho.

Ainda objetivando identificar a influência da formação em nível superior para as mulheres, principalmente no Maranhão, esta pesquisa foi feita com base em aportes documentais locais, em fontes que contaram a história do ensino superior no estado e também por meio da entrevista com cinco mulheres que cursaram o ensino superior na capital entre o período de 1950-1970.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas fontes escritas, pode-se observar o registro constante de mulheres na Universidade, mesmo que em menor número, como nos cursos de Direito e Odontologia, no entanto, o que chamou a atenção foi a ausência de tais mulheres nos diversos veículos de

informação usados pelos estudantes, como folders, jornais ou revistas. Não há registro de mulheres autoras de artigos científicos ou emitindo opiniões nestes espaços estudantis, nestes mesmos jornais a veiculação da imagem feminina estava muito associada à beleza (com concursos entre as alunas) ou a serem pacientes de homens em imagens de propagandas; nas seções de Diretório Acadêmico também nota-se a participação feminina, porém em funções consideradas secundárias como secretárias e tesoureiras.

Nas entrevistas pode-se notar várias formas de intimidação a que as mulheres foram submetidas e que, muitas vezes, foram relatadas como algo “normal”. Primeiramente, chama atenção o fato de que todas as entrevistadas afirmaram não se interessar por política enquanto alunas universitárias, havendo associação de concepção de política com questões partidárias, na qual elas demonstraram não ter interesse.

Assumiram ainda um discurso sexista de saber, ao atribuírem aos homens alguns conhecimentos, como os de lógica e matemática e às mulheres outros, como os de humanas. Relataram, durante graduação, pós-graduação e trabalho, diversos conflitos no cotidiano, inclusive situações de inferiorização por serem mulheres, pobres, negras ou nordestinas. Na faculdade tinham que, a todo tempo, demonstrar sua competência por meio de disputa de notas, disputas sobre quem representaria a turma em trabalhos acadêmicos e demonstração de competência intelectual quando tinham suas capacidades questionadas.

Seus discursos foram, em geral, baseados nos tradicionais papéis femininos de esposa, cuidadora e mãe, mesmo para a única entrevistada que não teve filhos. Apesar desse reforço de uma visão sobre o feminino, que já se avolumava no imaginário das pessoas, as entrevistadas construíram discursos acerca de suas experiências onde puderam ressignificar o papel feminino com as categorias de estudante e profissional como adicionadas às exigências da mulher moderna.

Assim, pelas fontes escritas e relatos nas entrevistas, pode-se ressaltar que a instrução representou um enorme passo para as mulheres, mas, trouxe consigo alguns fardos também pois foram inseridas em espaços historicamente masculinos e, com isso, tiveram que desenvolver algumas estratégias de proteção como seriedade e sobriedade nos ambientes de instrução, não deixando margens para associarem suas imagens a situações levianas ou descomprometidas com os estudos. Mesmo quando adultas e realizando mestrado, doutorado ou assumindo concursos públicos, elas tiveram que provar que podiam ser boas alunas ou profissionais, ainda que já fossem mães ou casadas e viveram situações diversas em que os maridos ou pais colocaram em xeque suas escolhas profissionais e representaram alguma barreira para o desempenho dos seus trabalhos, mais uma vez tais entrevistadas lançaram mão



de estratégias, às vezes, de enfrentamento aberto e outras vezes mais veladas, para darem continuidade aos seus objetivos.

Enfim, o aumento numérico dessas mulheres no ensino superior guarda, no interior de cada número, diversas histórias de lutas, de superação, pessoal e familiar, que foram vividas em ambientes algumas vezes hostis às mulheres e impedindo a igualdade de condições na formação acadêmica e exercício da profissão.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O Dote é a Moça Educada**: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. São Luís: EDUEMA, 2012.

BRASIL, MEC, Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Sinopse Estatística do Ensino Superior (1956, 1961, 1966, 1971) apud BARROSO, Carmen Lúcia de Melo; MELLO, Guiomar Namó. O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, 15, Fundação Carlos Chagas, 1976, p. 51.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, v.10, p. 171-188, 2002.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARTINS, Reinaldo. Página Feminina. **Novidades (Jornal)**, São Luís, ano I, n. 121, p. 3, 14 jul. 1952.

NATASHA. A mulher e o trabalho. **Jornal do Maranhão**, ano XXVII, n. 3053, p. 3, 06 mai. 1962.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e educação das Mulheres. In: PISNKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 20, p.101-119, 1991.